

Guaraciaba
Transmissora de
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de setembro de 2019**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

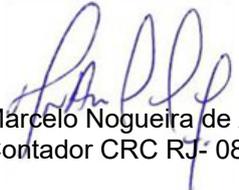
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da



Companhia em 30 de setembro de 2019, o desempenho de suas operações para os períodos de três e nove meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração intermediária.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ- 086312/O-6

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	48.962	136.191
Contas a receber	9	9.177	10.213
Impostos a recuperar		291	1.518
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.435	292
Ativo de contrato	10	75.115	72.794
Caixa restrito	11	2.577	-
Outros ativos		14.191	8.685
Total do ativo circulante		152.748	229.693
Não circulante			
Caixa restrito	11	18.253	15.684
Ativo de contrato	10	1.225.588	1.209.835
Imobilizado		1.043	29
Intangível		210	95
Total do ativo não circulante		1.245.094	1.225.643
Total do ativo		1.397.842	1.455.336
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	11.503	9.628
Impostos e contribuições sociais	13	1.186	2.597
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	424	4.035
Empréstimos e financiamentos	15	21.463	18.094
Debêntures	16	9.685	9.856
Salários e encargos		519	312
Dividendos a pagar	19.c	22.387	32.387
Encargos setoriais		1.635	1.110
Outros passivos		1.774	1.682
Total do passivo circulante		70.576	79.701
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	358.800	375.932
Debêntures	16	111.338	106.193
Passivo contingente	17	7.087	5.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	54.390	41.091
Total do passivo não circulante		531.615	528.611
Patrimônio líquido			
Capital social	19		
	19.a	733.832	803.832
Reserva legal	19.b	5.131	5.131
Reserva de retenção de lucros	19.d	38.061	38.061
Lucros acumulados		18.627	-
Total do patrimônio líquido		795.651	847.024
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.397.842	1.455.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018 Reapresentado	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018 Reapresentado
Receita operacional líquida	20	26.185	29.739	79.961	94.363
Custo de construção		(16)	392	12	(848)
Gastos operacionais		233	(643)	(5.519)	(5.593)
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(219)</u>	<u>(1.935)</u>	<u>(3.616)</u>	<u>(7.272)</u>
Lucro bruto		26.183	27.553	70.838	80.650
Despesas operacionais					
Pessoal		(926)	(557)	(2.402)	(2.003)
Serviços de terceiros		(904)	(1.525)	(4.377)	(3.302)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-
Outros		<u>16</u>	<u>(582)</u>	<u>(354)</u>	<u>(284)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		24.369	24.889	63.705	75.061
Receitas financeiras	21	968	548	3.667	1.776
Despesas financeiras	21	<u>(10.608)</u>	<u>(9.211)</u>	<u>(35.927)</u>	<u>(27.252)</u>
Despesas financeiras líquidas		(9.640)	(8.663)	(32.260)	(25.476)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.729	16.226	31.445	49.585
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	18	(5.211)	(5.493)	(12.818)	(18.672)
Lucro líquido do período		<u>9.518</u>	<u>10.733</u>	<u>18.627</u>	<u>30.913</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018 Reapresentado	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018 Reapresentado
Lucro líquido do período	9.518	10.733	18.627	30.913
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>9.518</u>	<u>10.733</u>	<u>18.627</u>	<u>30.913</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Dividendos Adicionais propostos	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	803.832	3.271	46.613	-	-	853.716
Ajuste da adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	(35.051)	(35.051)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	30.913	30.913
Saldos em 30 de setembro de 2018 - Reapresentado	803.832	3.271	46.613	-	(4.138)	849.579
Saldos em 31 de dezembro de 2018	803.832	5.131	-	38.061	-	847.024
Redução de capital	(70.000)	-	-	-	-	(70.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	18.627	18.627
Saldos em 30 de setembro de 2019	733.832	5.131	-	38.061	18.627	795.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	30/09/2019	30/09/2018 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	31.445	49.585
Ajuste para:		
Valorização do ativo de contrato	(72.296)	(70.142)
Margem de construção	-	40
Depreciação	32	32
Juros de empréstimos e debêntures e custos de transação	34.501	26.612
Provisão Contingência	1.693	3.466
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	1.037	(4.792)
Impostos a recuperar	1.227	(378)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(2.143)	-
Ativo de contrato	54.222	38.747
Outros ativos	(5.506)	(2.479)
Fornecedores	1.875	320
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1	(6.263)
Impostos e contribuições sociais	(1.411)	2.260
Salários e encargos	207	215
Encargos setoriais	526	120
Passivo contingente	-	-
Outros passivos	89	(2.421)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	45.499	34.922
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(27.763)	(25.111)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(3.131)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	14.605	9.811
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito	(5.146)	(293)
Imobilizado	(1.046)	(4)
Intangível	(115)	-
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimentos	8.298	(297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e debêntures	(15.527)	(24.131)
Dividendos pagos	(10.000)	-
Redução de capital	(70.000)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(95.527)	(24.131)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(87.229)	(14.617)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	136.191	34.364
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro	48.962	19.747
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(87.229)	(14.617)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondó II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondó II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondó - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondó II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondó II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080 mil, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sua evolução demonstrada a seguir:

2016/2017 - R\$ 99.373 mil;

2017/2018 - R\$ 89.858 mil (primeira revisão tarifária);

2018/2019 - R\$ 92.726 mil;

2019/2020 – R\$ 97.045 mil;

Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação

As Demonstrações financeiras intermediárias do terceiro trimestre de 2019 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (21) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Sociedade do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 04 de novembro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo de contrato e remuneração do ativo de contrato

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo de contrato é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo de contrato é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo de contrato do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras intermediárias margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 18.

5 Reapresentação de saldos comparativos

(i) Adoção do CPC 47

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47.

A norma requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, a Companhia tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. Considerando que conclusão sobre os impactos da aplicação inicial do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, vigentes ocorreram somente no último trimestre do ano, é necessária a reapresentação dos trimestres de 2018 apresentados como valores correspondentes nas informações financeiras trimestrais de 2019.

A Administração da Companhia procedeu ajustes, de forma retrospectiva, na demonstração do resultado para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, bem como do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018, decorrentes da mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial dos pronunciamentos citados acima, e seus impactos tributários correlacionados, conforme abaixo:

Demonstração do resultado do período de 3 meses findo em 30 de setembro de 2018

	<u>Apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita líquida	27.359	2.380	29.739
Custo dos serviços	(2.186)	-	(2.185)
Lucro bruto	25.173	2.380	27.553
Lucro operacional	22.509	2.380	24.889
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.846	2.380	16.226
Impostos diferidos	(4.952)	(541)	(5.493)
Lucro líquido do período	8.894	1.839	10.733

A demonstração do resultado abrangente do período de 3 meses findo em 30 de setembro de 2018 também sofreu o impacto total no lucro líquido demonstrado acima.

Demonstração do resultado do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2018

	<u>Apresentado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita líquida	90.477	3.886	94.363
Custo dos serviços	(13.713)	-	(13.713)
Lucro bruto	76.764	3.886	80.650
Lucro operacional	71.175	3.886	75.061
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.699	3.886	49.585
Impostos diferidos	(17.369)	(1.303)	(18.672)
Lucro líquido do período	28.330	2.583	30.913

A demonstração do resultado abrangente do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2018 também sofreu o impacto total no lucro líquido demonstrado acima.

Demonstração dos fluxos de caixa do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2018

	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do período	45.699	3.886	49.585
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(38.049)	(1.983)	(40.032)
Redução (aumento) dos ativos operacionais	33.041	(1.903)	31.138
Aumento (redução) dos passivos operacionais	<u>(30.880)</u>	<u>-</u>	<u>(30.880)</u>
Caixa oriundo das atividades operacionais	9.811	-	9.811
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(297)	-	(297)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	<u>(24.131)</u>	<u>-</u>	<u>(24.131)</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.617)</u>	<u>-</u>	<u>(14.617)</u>

(ii) Novas normas contábeis efetivas a partir de 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia analisou todos os contratos que poderiam ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), e, considerando que os contratos são de valores baixos, não possuem impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não terão impacto significativo nas Demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).

Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.

IFRS 17 Contratos de Seguros.

6 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Demonstrações financeiras intermediárias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Ativo de contrato

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de contrato.

7.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

7.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

7.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.7 Receita e custo de construção

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

7.8 Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

7.9 Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

7.10 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.11 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.12.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.12.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.13 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%;

Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos conta movimento	235	13.063
Aplicação Financeira - CDB Banco Santander	-	3.561
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	9.473	4.232
Aplicação Financeira - CDB Banco Bradesco (a)	39.254	115.335
	<u>48.962</u>	<u>136.191</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de setembro de 2019, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

No mês de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou a redução do capital social com utilização de recursos próprios. Vide Nota 19.a.

9 Contas a receber

	30/09/2019	31/12/2018
Vencidos acima de 90 dias	555	191
Vencidos de 61 a 90 dias	16	8
Vencidos até 60 dias	23	1.477
A vencer	8.583	8.537
	<u>9.177</u>	<u>10.213</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

10 Ativo de contrato

	31/12/2018	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	30/09/2019
Ativo de contrato	1.282.629	16	72.296	(54.238)	1.300.703
Circulante	72.794	-	-	-	75.115
Não circulante	1.209.835	-	-	-	1.225.588

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	juste PC 47	31/12/2018
Ativo de contrato	1.292.292	902	1.118	(55.221)	5.462	1.282.629
Circulante	68.889	-	-	-	-	72.794
Não circulante	1.223.403	-	-	-	-	1.209.835

11 Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2018	Movimentação	31/03/2019	Movimentação	30/06/2019	Movimentação	30/09/2019
Pagamento de Debêntures	-	3.424	3.424	(3.393)	31	5.197	5.228
Reserva de Debêntures	-	4.962	4.962	73	5.035	10.567	15.602
Reserva BNDES	15.684	(2.489)	13.195	(4.095)	9.100	(9.100)	-
	15.684	5.897	21.581	(7.415)	14.166	6.664	20.830

	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	2.577	-
Não circulante	18.253	15.684
	20.830	15.684

12 Fornecedores

	30/09/2019	31/12/2018
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	413	410
China Epri Science & Technology C.	7.577	7.577
Nari Brasil Holding	140	132
Nari Group Corporation	-	1.146
Tabocas Participações	927	-
Siemens Ltda	1.994	-
Outros	452	363
	11.503	9.628

13 Impostos e contribuições sociais

	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de renda retido na fonte	3	389
Contribuição social	7	208
Pis/Cofins/CSLL	4	75
Pis/Pasep	129	118
Cofins	597	549
INSS retido a recolher	2	796
ISS	444	462
	<u>1.186</u>	<u>2.597</u>

14 Imposto de renda e contribuição social a recolher

Descrição	IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Adições 2018	8.247	2.760	11.007
Compensações 2018	(1.477)	(248)	(1.725)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(3.843)</u>	<u>(1.404)</u>	<u>(5.247)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>2.927</u>	<u>1.108</u>	<u>4.035</u>
Adições 2019	606	225	831
Compensações 2019	(965)	(347)	(1.312)
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	<u>(2.258)</u>	<u>(872)</u>	<u>(3.130)</u>
Saldo em 30/09/2019	<u>310</u>	<u>114</u>	<u>424</u>

15 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	Juros	Juros pagos	Principal pago	30/09/2019
BNDES - Subcrédito A	378.097	23.639	(22.561)	(14.271)	364.904
BNDES - Subcrédito B	15.929	952	(873)	(649)	15.359
	<u>394.026</u>	<u>24.591</u>	<u>(23.434)</u>	<u>(14.920)</u>	<u>380.263</u>
	<u><u>394.026</u></u>	<u><u>24.591</u></u>	<u><u>(23.434)</u></u>	<u><u>(14.920)</u></u>	<u><u>380.263</u></u>
	31/12/2017	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2018
BNDES - Subcrédito A	404.394	34.117	(31.273)	(29.141)	378.097
BNDES - Subcrédito B	17.039	1.377	(1.635)	(852)	15.929
	<u>421.433</u>	<u>35.494</u>	<u>(32.908)</u>	<u>(29.993)</u>	<u>394.026</u>
	<u><u>421.433</u></u>	<u><u>35.494</u></u>	<u><u>(32.908)</u></u>	<u><u>(29.993)</u></u>	<u><u>394.026</u></u>

	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	21.463	18.094
Não circulante	358.800	375.932
	<u>380.263</u>	<u>394.026</u>

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

Subcrédito “C”

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Em 30 de setembro de 2019, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	7.933	31.731	31.731	31.731	31.731	230.047	364.904
BNDES Subcrédito B	334	1.336	1.336	1.336	1.336	9.681	15.359
	<u>8.267</u>	<u>33.067</u>	<u>33.067</u>	<u>33.067</u>	<u>33.067</u>	<u>239.728</u>	<u>380.263</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	32.284	32.284	32.284	32.284	32.284	216.677	378.097
BNDES Subcrédito B	1.360	1.360	1.360	1.360	1.360	9.129	15.929
	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>225.806</u>	<u>394.026</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

16 Debêntures

A Companhia emitiu debentures no valor de R\$ 118.000.000 (cento e dezoito milhões de reais) em julho de 2018, tendo sua efetiva liquidação em 03 de outubro de 2018.

As debêntures possuem as seguintes características:

Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);

Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;

Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);

Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;

Data de emissão: 15/07/2018;

Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;

Data de vencimento: 15/12/2030;

Quantidades de debêntures emitidas: 118.000;

Tipo de Remuneração: IPCA;

Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;

Garantias compartilhadas com o BNDES.

Movimentação das debêntures:

	31/12/2018	Juros	Juros pagos	Principal pago	Amortização custo de transação	30/09/2019
Debentures	118.849	9.734	(4.329)	(607)	-	123.647
Custo de Transação	(2.800)	-	-	-	176	(2.624)
	<u>116.049</u>	<u>9.734</u>	<u>(4.329)</u>	<u>(607)</u>	<u>176</u>	<u>121.023</u>

	31/12/2017	Liberação	Juros	Juros pagos	Amortização custo de transação	31/12/2018
Debêntures	-	118.000	2.536	(1.687)	-	118.849
Custo de transação	-	(2.852)	-	-	52	(2.800)
	<u>-</u>	<u>115.148</u>	<u>2.536</u>	<u>(1.687)</u>	<u>52</u>	<u>116.049</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Passivo circulante	9.685	9.856
Passivo não circulante	<u>111.338</u>	<u>106.193</u>
	<u><u>121.023</u></u>	<u><u>116.049</u></u>

Em 30 de setembro de 2019, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	<u>5.262</u>	<u>10.524</u>	<u>10.524</u>	<u>10.524</u>	<u>10.524</u>	<u>73.668</u>	<u>121.023</u>
	<u><u>5.262</u></u>	<u><u>10.524</u></u>	<u><u>10.524</u></u>	<u><u>10.524</u></u>	<u><u>10.524</u></u>	<u><u>73.668</u></u>	<u><u>121.023</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>9.856</u>	<u>66.769</u>	<u>116.049</u>
	<u><u>9.856</u></u>	<u><u>9.856</u></u>	<u><u>9.856</u></u>	<u><u>9.856</u></u>	<u><u>9.856</u></u>	<u><u>56.913</u></u>	<u><u>116.049</u></u>

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

17 Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia com base na avaliação de seus assessores legais constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e (b) Servidões Administrativas, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas). Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Trabalhistas	446	451
Servidões	5.095	4.944
Outros	<u>1.546</u>	<u>-</u>
	<u><u>7.087</u></u>	<u><u>5.395</u></u>

As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas	1.570
Servidões	4.228
Cíveis	<u>163</u>
	<u><u>5.961</u></u>

Os valores de servidão referem-se a disputa entre as partes estando os valores depositados judicialmente.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no prejuízo fiscal e na base negativa foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

Base de cálculo		
Rendimento do ativo de contrato acumulado em 30/09/2019		478.029
Imposto de renda	25%	119.490
Contribuição social	9%	43.023
Amortização		<u>(36.822)</u>
Saldo em 30/09/2019		<u>125.961</u>
Saldo em 31/12/2018		<u>113.704</u>
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos		
Saldo em 30/09/2019		71.300
Saldo de 31/12/2018		72.613
Imposto diferido líquido		
Saldo em 30/09/2019		54.390
Saldo de 31/12/2018		41.091

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018
		Reapresentado		Reapresentado
Imposto de renda diferido passivo	(2.834)	3.618	(8.814)	(8.724)
Imposto de renda corrente	(996)	(537)	(606)	(5.345)
	<u>(3.830)</u>	<u>(3.081)</u>	<u>(9.420)</u>	<u>(14.069)</u>
Contribuição social diferido passivo	(1.020)	(926)	(3.173)	(2.799)
Contribuição social corrente	(361)	(1.486)	(225)	(1.804)
	<u>(1.381)</u>	<u>(2.412)</u>	<u>(3.398)</u>	<u>(4.603)</u>
	<u>(5.211)</u>	<u>(5.493)</u>	<u>(12.818)</u>	<u>(18.672)</u>

Em 30 de setembro de 2019, o saldo dos impostos diferidos foi ajustado de acordo com a adoção de nova prática contábil que, anteriormente, era pelo ICPC 01, passando para o CPC 47.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a devolução do montante relativo a redução de capital proporcional às composições acionárias, no montante de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais), conforme aprovação na Ata de AGE de 22 de outubro de 2018, devidamente registrado na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370.

Em 30 de setembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) dividido em 733.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	30/09/2019	31/12/2018
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	409.954
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	393.878
	<u>733.832</u>	<u>803.832</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão da AGO.

20 Receita operacional líquida

	01/07/2019 30/09/2019	a	01/07/2018 30/09/2018	a	01/01/2019 30/09/2019	a	01/01/2018 30/09/2018	a
	Reapresentado				Reapresentado			
Receita de construção	16		(404)		16		808	
Remuneração do ativo de contrato (a)	24.217		23.612		72.296		70.142	
Receita de operação e manutenção	5.999		9.845		18.268		31.903	
Receita operacional bruta	30.232		33.053		90.580		102.853	
Deduções da receita operacional								
Encargos setoriais	(1.705)		(1.001)		(3.705)		(1.834)	
Pis	(418)		(413)		(1.233)		(1.187)	
Cofins	(1.924)		(1.900)		(5.681)		(5.469)	
Receita operacional líquida	26.185		29.739		79.961		94.363	

Em 30 de setembro de 2019, o saldo da receita operacional líquida foi ajustado de acordo com a adoção de nova prática contábil que, a partir de 31 de dezembro de 2018, passou de ICPC 01, para o CPC 47.

- (a) Saldo de 30/09/2019, impactado pela adoção da prática contábil de acordo com o CPC 47. O CPC47 introduziu o conceito da avaliação do projeto considerando as premissas financeiras e operacionais existentes no início do contrato, e as variações de performance e ganhos são registradas por consequência no resultado do exercício. Desta forma, a remuneração do contrato de concessão considera a taxa inicial até o fim do contrato. O ICPC01 (R2) adota a premissa de atualização financeira com base na revisão constante da taxa interna de retorno do projeto. Como a Companhia adotou até 31 de dezembro de 2017 os princípios do pronunciamento ICPC 01, e, passou a adoção ao CPC 47 em 01 de janeiro de 2018, ocorreu uma redução na apuração da receita do contrato neste exercício, assim como também ocorreu no período de 30 de setembro de 2019.

21 Receitas e (despesas) financeiras

	01/07/2019 30/09/2019	a	01/07/2018 30/09/2018	a	01/01/2019 30/09/2019	a	01/01/2018 30/09/2018	a	
					Reapresentado				Reapresentado
Receitas financeiras									
Receitas de aplicações financeiras	944		548		3.709		1.825		
Variações monetárias	30		9		95		34		
Outras receitas financeiras	40		18		41		25		
Pis	(6)		(4)		(25)		(16)		
Cofins	(40)		(23)		(153)		(92)		
	968		548		3.667		1.776		
Despesas financeiras									
Juros sobre empréstimos	(10.376)		(8.733)		(34.325)		(26.612)		
Juros e multas	(10)		(94)		(1.011)		(126)		
Outras despesas financeiras	(222)		(384)		(592)		(514)		
	(10.608)		(9.211)		(35.927)		(27.252)		
Despesas financeiras líquidas	(9.640)		(8.663)		(32.260)		(25.476)		

22 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e as estratégias de controles e as ações para mitigação dos riscos apropriados e subsequentemente para monitorar esses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle plano de gerenciamento de riscos, revisando sua e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base também no nível e no contexto nas políticas dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes e ao Ativo de contrato, conforme apresentado a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	48.692	136.191
Conta a receber	9.177	10.213
Caixa restrito	<u>18.253</u>	<u>15.684</u>
	<u>76.122</u>	<u>162.088</u>

Caixa restrito: Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.

Contas a Receber - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras		
CDB-DI	48.727	123.129

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	48.727	Queda da taxa CDI	3.533	2.650	1.766
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDDES	380.262	Alta da taxa TJLP	24.983	31.229	37.475

Referência para passivos financeiros:	Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	6,57%	8,21%	9,86%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação as Debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	121.023	Alta da taxa IPCA	4.853	6063	7285
Referência para passivos financeiros			Cenário provável	25%	50%
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,02%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando IPCA estimado de 4,01%, de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de cobertura securitária aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa restrito
Contas a Receber

Categoria

Valor justo por meio do resultado
Valor justo por meio do resultado
Valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Debêntures

Outros passivos financeiros
Outros passivos financeiros
Outros passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.

Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBÊNTURES

Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de setembro de 2019, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2019	12/04/2020	R\$ 20.000	100.10.00000789
Garantia de Performance /Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	30/04/2019	30/04/2020	R\$ 47.000	024612015000107750008719
Riscos Operacionais	27/12/2018	27/12/2019	R\$ 82.532	046692018100101180000860
Responsabilidade Civil	27/12/2018	27/12/2019	R\$ 10.000	046692018100103510003895
Garantia Judicial – Município Ribeirãozinho/MT	28/02/2019	28/02/2024	R\$ 1.445	017412019000107750001824
Garantia Judicial – Estado do Mato Grosso	28/03/2019	28/03/2021	R\$ 4.898	017412019000107750001889

24 Transações com partes relacionadas

e. Remuneração de Administradores

Até 30 de Setembro de 2019 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 530 (R\$ 1.074 em 31 de dezembro de 2018).

f. Dividendos

Em 26 de Junho de 2019 houve distribuição de dividendos no valor de R\$ 10.000, onde R\$ 5.100 foi para acionista State Grid Brazil Holding S.A.(51%) e R\$ 4.900 para Copel Geração e Transmissão.

g. Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	30/09/2019	31/12/2018
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia	Fornecedores	Custo de O&M	413	410
		Total	413	410
Partes relacionadas				
Resultado (Despesas)	Natureza contábil	Natureza da operação	30/09/2019	30/09/2018
	Custos			
State Grid Brasil Holding - Aluguel	administrativos	Aluguel	235	236
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	3.033	3.737
			<u>3.268</u>	<u>3.973</u>